



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2021	Data de Abertura: 23/11/2021 às 09:00 no sítio www.gov.br/compras/
---	---

Objeto			
Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIs			
Tipo da licitação		Modo de disputa	
Menor preço		Aberto	
Valores máximos aceitáveis			
Preço sigiloso			
Registro de Preços	Vistoria	Amostra	Instrumento Contratual
SIM	NÃO	SIM	Nota de Empenho

Exigências específicas para proposta
- A proposta deverá conter com clareza informações como modelo dos produtos ofertados, número do registro na Anvisa e do Certificado de Aprovação, para os itens onde há esta exigência.

Licitação Exclusiva ME/EPP	Reserva de Cota ME/EPP	Decreto 7.174/2010
SIM - GRUPOS 2 E 3	NÃO	NÃO

Pedidos de Esclarecimentos e de Impugnações
Até 19/11/2021

Endereço da Sede do Coren-SP	e-mail para comunicação	Telefone
Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01331-000 – 3º andar	pregao@coren-sp.gov.br	(11) 3225-6333

Observações gerais
- NÃO HÁ



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 19/2021

Processo Administrativo nº 11007/2021

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo usando a competência delegada na Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, doravante denominado Coren-SP, por intermédio de seu Presidente ao final subscrito, e de sua Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 39, publicada no DOU em 24/02/2021, seção 2, p. 51, levam a conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 10.520/2002**, do **Decreto nº 10.024/2019**, do Decreto 7.746/2012, do **Decreto nº 7.892/2013**, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto 8.538/2015** e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis do objeto deste Certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico através do Sistema de Registro de Preços** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 23 DE NOVEMBRO DE 2021

HORÁRIO: 9h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/

CÓDIGO UASG: 389343

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para uso nas atividades de inspeção da Gerência de Fiscalização do Coren-SP, nos termos do art. 3º. Incisos I, III e IV, do Decreto nº 7.892/2013, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre os objetos aqui relacionados e o lançado junto ao sítio eletrônico Compras Governamentais, prevalecerá o descritivo do Edital.

1.2. A licitação será dividida em grupos, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao processamento do registro de preços são as que constam no Anexo IV –



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Ata de Registro de Preços.

2.2. Não existem órgãos previamente cadastrados junto ao Coren-SP ou órgãos participantes neste processo licitatório.

2.3. A Administração não terá obrigatoriedade em contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MO nº 3/2018.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.3. Para os grupos 02 e 03, a participação é exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4. Para o Grupo 01 será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites da Lei Complementar nº 123/2006.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.5.** Será vedada a participação dos interessados:
- 4.5.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.5.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.5.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.5.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.5.5.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.5.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 4.5.7.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.
- 4.6.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.6.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.6.1.2.** Nos itens de participação não exclusiva, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - 4.6.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 4.6.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.6.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.6.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
 - 4.6.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.6.7.** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes nos sistemas.

5.3.1. Poderá ser admitida a juntada de novos documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame e que não altere ou modifique documento anteriormente encaminhado, nos termos do art. 17, inciso VI, do Decreto 10.024/2019.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 6.1.3.** Fabricante;
- 6.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se as informações necessárias à sua perfeita identificação.
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.6.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital no sítio eletrônico: www.gov.br/compras/.
- 7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não sejam compatíveis com o descritivo do objeto deste Edital ou que contenham vícios insanáveis.
- 7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances; e disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.4.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 7.6.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,10% (dez centésimos por cento).
- 7.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.
- 7.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes nessas condições que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.25.1. no país;

7.25.2. por empresas brasileiras;

7.25.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27. **O valor máximo aceitável para a contratação será tornado público imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, quando terá início a negociação da proposta.**

7.28. Para início da negociação, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor final superior ao preço máximo fixado e/ou que contenha vício insanável ou ilegalidade.

8.3. Havendo indícios de inexequibilidade, inclusive nos casos elencados nos subitens abaixo, o pregoeiro poderá exigir do licitante a comprovação da exequibilidade da oferta por meio de planilhas de custos e outros demonstrativos que evidenciem que existem condições materiais para que a proposta seja executada.

8.3.1. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.3.2. Considera-se inexequível, conforme inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/1993, a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada e verificação da exequibilidade, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita via chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. A proposta deverá:

8.6.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.6.2.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.6.2.3. Indicação do registro na Anvisa e do Certificado de Aprovação (CA), para os itens em que é exigido.

8.6.3. Além da proposta, dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou ficha técnica, devendo o licitante indicar a qual se refere o produto ofertado, caso o demonstrativo contenha mais de um modelo.

8.6.4. O não envio de documentos complementares nos termos acima poderá acarretar a não aceitação da proposta.

8.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.8. Será desclassificada, ainda, a proposta que não for corrigida ou que não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

8.9. O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Coren-SP ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, bem como recorrer à jurisprudência ou doutrina para orientar sua decisão.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação, devendo o licitante adequá-la após solicitação, pelo Pregoeiro.

8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12.1. Nessa hipótese, o pregoeiro procederá a negociação de que trata a cláusula 7.27 deste Edital.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.1. Para a consulta de pessoa jurídica, os itens “b” a “d” acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Sendo constatada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência sanção impeditiva ao prosseguimento, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.11.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.11.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. Regularidades fiscal e trabalhista:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.12.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.12.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.13. Qualificação Econômico-Financeira:

9.13.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.1.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

social/estatuto social.

9.13.1.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

9.13.2.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

<i>Fórmula para aferir os índices</i>	
LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.14. Qualificação Técnica

9.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, e em quantidades iguais ou superiores a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo ora licitado, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.14.1.1. Os atestados deverão conter razão social, CNPJ, endereço do contratante, características do bem fornecido, data de emissão, nome, assinatura do emitente;

9.14.1.2. O pregoeiro poderá solicitar outros documentos que comprovem a situação do atestado, tais como notas fiscais ou contrato, devendo o licitante fornecer, ainda, dados de contato do emitente do atestado, caso não conste no documento e seja necessário à diligência do pregoeiro.

9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda usufruir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na LC 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.22.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.23. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; caso seja filial, os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos relativos ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.25. Verificada a habilitação, o licitante será convocado para apresentação de amostra, antes de ser efetivamente habilitado e declarado vencedor.

10. DA AMOSTRA



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1. O Pregoeiro solicitará do licitante melhor classificado, o envio de amostra de uma unidade para cada item ofertado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação, conforme consignado na **cláusula 16.5 e seguintes do Anexo I – Termo de Referência.**

10.1.1. A amostra deverá ser enviada para o endereço que consta no preâmbulo do edital, aos cuidados da Gerência de Fiscalização. O envio deverá ser confirmado para os e-mails pregao@coren-sp.gov.br e rendrica.furegatti@coren-sp.gov.br.

10.1.2. Por meio de mensagem no sistema e divulgação no portal coren-sp.gov.br, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, pelo setor técnico do Coren-SP – Gerência de Fiscalização, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, podendo a sessão presencial ser substituída por sessão online, a ser acompanhada por meio de link a ser disponibilizado pelos mesmos meios.

10.1.3. Serão avaliados os aspectos e padrões conforme no Anexo II – Termo de Avaliação da Amostra.

10.1.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.1.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.1.6. As amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias contados da divulgação da recusa, após o qual ficarão à disposição da Administração, sem direito a ressarcimento.

10.1.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.1.8. Realizada a avaliação da amostra, será divulgada pelo sistema a data da reabertura da sessão, momento em que, será publicado o resultado.

10.1.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, bem como os documentos de habilitação, conforme matéria disciplinada nos capítulos correspondentes. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da ME ou EPP, se for o caso, o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso em campo próprio no sistema, de forma motivada, ou seja, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2. O Pregoeiro, neste momento, não adentrará no mérito recursal; apenas fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente, em campo próprio do sistema.

11.3. Sendo admitido o recurso, o recorrente terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O prazo para resposta será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do final do prazo para contrarrazões.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail.

12.2.2. A convocação feita por e-mail será de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus cadastros atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.1.1. A adjudicação será realizada por **grupo**.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o certame.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.3. Antes do término da sessão do pregão, em observância ao art. 10 do Decreto nº 7.892/2013, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado para formação do cadastro reserva.

13.3.1. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.3.2. Os registros dos preços reduzidos serão feitos de acordo com a classificação dos licitantes, sem alteração do ordenamento obtido ao final da etapa de lances.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante esta entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.1. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.2. A Ata deverá ser assinada em 2 (duas) vias, sendo uma delas com reconhecimento em cartório da firma do responsável pela assinatura; e entregue na Sede do Coren-SP ou enviada por meios que se possa confirmar o recebimento, A/C Setor de Cotação e Contratação – SCC. Para assinatura na presença de funcionário habilitado do Coren-SP, não há necessidade do reconhecimento da firma.

14.2.3. Será aceita assinatura digital conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

14.3. Quando o adjudicatário, convocado, não assinar a Ata no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, verificada a Ata de Cadastro de Reserva ou, na inexistência, poderão ser convidados os demais licitantes na ordem de classificação que aceitarem oferecer o objeto nas mesmas condições do adjudicatário.

14.4. O adjudicatário se desobriga da Assinatura da Ata e à manutenção dos preços adjudicados caso seja convocado após o vencimento de sua proposta.

15. ATA DE FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. A Licitante que aderir ao Registro de Preços no Cadastro de Reserva poderá ser convocada para entrega da proposta e dos documentos de habilitação caso ocorra a hipótese prevista no art. 13, e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nos termos dos arts. 20 e 21, todos do referido dispositivo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

15.1.1. Sendo convocada para contratação, os documentos deverão ser providenciados conforme diretrizes já disciplinadas nos capítulos que tratam da proposta e da habilitação.

15.2. A ordem de classificação das Licitantes registradas no Cadastro de Reserva será respeitada nas contratações.

15.3. Os preços registrados com a indicação dos fornecedores serão divulgados no Portal de Compras do Governo Federal e ficarão disponibilizados e válidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16. DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE AO CONTRATO

16.1. Homologado o certame, em sendo realizada a contratação, será emitido o instrumento equivalente ao contrato.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para aceitar o instrumento equivalente (Nota de Empenho), conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. A Administração poderá enviar o Instrumento Equivalente ao Contrato para o aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, em que o licitante deverá firmar o aceite no prazo acima, contados da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogados uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. O documento emitido está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666/1993;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/1993 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do Coren-SP, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

16.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o adjudicatário deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual ou da ata de registro de preços.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura da Ata ao aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitado o cadastro reserva (**SRP**) e a ordem de classificação, respectivamente, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto 10.024/2019, o licitante ou adjudicatário que:

18.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2. Não confirmar o recebimento da Nota de Empenho, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

18.1.3. Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;

18.1.4. Apresentar documentação falsa;

18.1.5. Não mantiver a proposta;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.7. Cometer fraude fiscal.

18.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

18.3. Consideram-se inidôneos, mas não somente estes, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.4. Havendo cometimento das infrações descritas nos subitens anteriores, o licitante ou adjudicatário ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.4.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante, a qual poderá ser cumulada com as demais sanções aqui descritas;

18.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Coren-SP, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

18.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União, e descredenciamento do SICAF pelo



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

prazo de até 5 (cinco) anos.

18.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, de quaisquer dos entes federados, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando houver ressarcimento pelos prejuízos causados e passados 2 (dois) anos.

18.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013, a autoridade competente deverá ser notificada, mediante despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.5.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos de apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração, os quais seguirão seu curso regular.

18.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Coren-SP poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, de acordo com o art. 419 do Código Civil.

18.7. Para aplicação de quaisquer penalidades será aberto processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, conforme procedimento previsto na Lei 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999.

18.8. Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. Eventuais faltas cometidas no âmbito da execução contratual, e as respectivas sanções, estão descritas no Termo de Referência.

19. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO COREN-SP

19.1. Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, inclusive adjudicar o objeto deste Pregão, exceto quando houver recurso.

19.2. À Autoridade Competente do Coren-SP cabe:

19.2.1. Adjudicar o objeto deste Pregão à Licitante vencedora se houver a interposição de recurso;

19.2.2. Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

19.2.3. Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

19.2.4. Revogar este Pregão se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

19.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

20. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

20.1. Os pedidos de esclarecimentos sobre este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por e-mail.

20.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital. Qualquer impugnação deverá ser enviada até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, considerando o horário de expediente do Coren-SP das 8h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira em dias úteis, sendo admitida petição recebida por e-mail.

20.3. Caberá ao Pregoeiro, conforme o caso, requerer auxílio da área demandante do objeto, do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, da assessoria jurídica ou junto a outras áreas, podendo ainda promover quaisquer diligências que julgar necessárias e, então, manifestar-se sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização da sessão pública, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.5. Todos os pedidos de esclarecimentos assim como as impugnações enviadas por e-mail deverão conter no campo "assunto" e no descritivo a identificação do referido certame (ex: "Pedido de esclarecimentos sobre o Pregão Eletrônico nº XX/202X").

20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhadas nos autos do processo, bem como disponibilizadas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/ e www.coren-sp.gov.br para conhecimento das Licitantes e da sociedade em geral, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-los para obtenção das informações prestadas.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

21.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer atos praticados naquele ambiente.

21.3. O licitante assumirá, ainda, todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

não cabendo tal ônus ao Coren-SP, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º (primeiro) dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no Coren-SP.

21.7. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial da União – DOU e no endereço eletrônico www.coren-sp.gov.br.

21.8. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente por disposição legal o foro da Seção Judiciária de São Paulo.

21.9. Integram o presente Edital:

21.9.1. Anexo I – Termo de Referência;

21.9.2. Anexo II – Parecer de Análise da Amostra;

21.9.3. Anexo III – Modelo de Proposta;

21.9.4. Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

São Paulo, 05 de Novembro de 2021.

Conselho Regional De Enfermagem De São Paulo – Coren-SP

James Francisco Pedro dos Santos – Presidente

Elaborado pela Comissão Especial de Licitação designada abaixo:

Meire Ferreira Tortolani

Vinicius Pereira Souza

Rodrigo Mognilnik



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico SRP nº 19/2021 – Processo Administrativo nº 11007/2021

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's para uso das atividades de inspeções da Gerência de Fiscalização do Coren-SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - AVENTAIS E TOUCAS DESCARTÁVEIS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	IDENTIFICAÇÃO CATMAT (APROXIMADA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA REGISTRO
1	AVENTAL DESCARTÁVEL - TAMANHO M (médio) , medindo no mínimo 110 cm de altura x 120 cm de largura (quando aberto), com tolerância de 15 cm para mais, no tocante à largura. Com mangas de 60 cm de comprimento e tolerância de 5 cm para mais, manga longa, confeccionado em Tecido Não Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, atóxico, apirogênico, hidro/hemorrepelente, hipoalérgico, com baixo desprendimento de partículas e resistente, proporcionar barreira antimicrobiana efetiva, na cor branca, com gramatura mínima de 50 g/m ² , sem emendas, furos, rasgos ou defeito, com bordas bem acabadas com costura tipo overlock, decote redondo, com viés no acabamento. Ajuste nos punhos em elástico ou malha. Com abertura na parte posterior e sistema de ajuste com fechamento total em transpasse, através de tiras costuradas no avental, com comprimento suficiente para fechamento, localizadas na região cervical e abdominal. O produto deverá ser acondicionado em embalagem individual ou com, no máximo, 10 unidades por embalagem. A embalagem deverá ser hermética em material impermeável, de forma a manter a integridade do produto durante o armazenamento até o momento do uso e rotulada conforme a legislação em vigor. Atender às RDC nº 448/ 2020 e nº 527/ 2021 e demais legislações correlatas vigentes. Deverão constar da embalagem do produto: o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro na ANVISA, bem como a gramatura. O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação. Por ocasião da entrega, o produto deverá apresentar validade de, no mínimo, 2/3 do prazo de validade total no ato da entrega. Marcas de Referência: Polarfix, Dejamaro, Asséptico, Flex Maker, Winner.	466443	Unidade	12.110
2	AVENTAL DESCARTÁVEL – TAMANHO G (grande) , medindo no mínimo 110 cm de altura x 140 cm de largura (quando aberto), com tolerância de 15 cm para mais no tocante à largura. Com mangas de 60 cm de comprimento e tolerância de 5 cm para mais, manga longa, confeccionado em Tecido Não Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, atóxico, apirogênico, hidro/hemorrepelente, hipoalérgico, com baixo desprendimento de partículas e resistente, proporcionar barreira antimicrobiana efetiva, na cor branca, com gramatura mínima de 50 g/m ² , sem emendas, furos, rasgos ou defeito, com bordas bem acabadas com costura tipo overlock, decote redondo, com viés no acabamento. Ajuste nos punhos em elástico ou malha. Com abertura na parte posterior e sistema de ajuste com fechamento total em transpasse, através de tiras costuradas no avental, com comprimento suficiente para fechamento, localizadas na região cervical e abdominal. O produto deverá ser acondicionado em embalagem individual ou com, no máximo, 10 unidades por embalagem. A embalagem deverá ser hermética em material impermeável, de forma a manter a integridade do produto durante o armazenamento até o momento do uso e rotulada conforme a	466444	Unidade	5.190



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO 1 - AVENTAIS E TOUCAS DESCARTÁVEIS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	IDENTIFICAÇÃO CATMAT (APROXIMADA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA REGISTRO
	legislação em vigor. Atender às RDC nº 448/ 2020 e nº 527/ 2021 e demais legislações correlatas vigentes. Deverão constar da embalagem do produto: o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro na ANVISA, bem como a gramatura. O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação. Por ocasião da entrega, o produto deverá apresentar validade de, no mínimo, 2/3 do prazo de validade total no ato da entrega. Marcas de Referência: Polarfix, Dejamaro, Asséptico, Flex Maker.			
3	TOUCA HOSPITALAR DESCARTÁVEL: Gramatura mínima de 30 g/m ² , confeccionada em Não Tecido (TNT) polipropileno 100%, na cor branca, tamanho único, descartável, não estéril. Elástico para ajuste de média pressão. Para uso hospitalar. Medidas de 50 cm de diâmetro interno e 52 cm de diâmetro externo. Aceita-se variação de 2 cm para mais e para menos. Hipoalergênica, atóxica, inodora, unissex. Todo o material deve ser resistente, macio, isento de manchas, impurezas, e irritantes dérmicos, propiciar conforto e utilização segura. Embalagem com até 100 unidades, hermética, impermeável, resistente, segura, de forma a manter a integridade do produto durante o armazenamento até o momento do uso e rotulada conforme a legislação em vigor. Atender às RDC nº 448/ 2020 e demais legislações correlatas vigentes. Com identificação do produto, data de fabricação, data de validade, lote, nº de registro na ANVISA e especificação da gramatura. O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação. Por ocasião da entrega, o produto deverá apresentar validade de, no mínimo, 2/3 do prazo de validade total no ato da entrega. Marcas de Referência: Asséptico, Fava, Maxdescarte, Anadona.	428620	Unidade	17.300

GRUPO 2 - MÁSCARAS DE PROTEÇÃO E CIRÚRGICAS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	IDENTIFICAÇÃO CATMAT (APROXIMADA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA REGISTRO
4	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL (PARA USO HOSPITALAR): Deve ser confeccionada em Tecido Não Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, na cor branca. Tipo descartável. Ser atóxica, hipoalergênica. Possuir três pregas horizontais, clip nasal de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz, de fácil adaptação ao contorno do rosto, com bordas seladas eletronicamente, sem emendas, manchas ou furos. Possuir formato retangular, de forma a cobrir adequadamente a área do nariz e da boca, medindo aproximadamente 18 x 10 cm quando as pregas estiverem fechadas (admite-se variação de 1 cm, para mais ou para menos). Possuir três camadas independentes: uma camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante (meltblown). O TNT utilizado deve ter a determinação da eficiência da filtração bacteriológica pelo fornecedor do material, cujo elemento filtrante deve possuir eficiência de filtração de partículas (EFP) > 98% e eficiência de filtração bacteriológica (BFE) > 95%. A camada externa e o elemento filtrante devem ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos). A embalagem, com até 50 unidades do produto, deverá ser de material que garanta a sua integridade e a apresentação deverá obedecer a legislação vigente. O produto deverá possuir registro na ANVISA e tal informação deverá constar de sua embalagem. Atender aos requisitos estabelecidos nas normas técnicas descritas na RDC 448/2020; ABNT NBR 15052:2021; ABNT 14873:2002 e demais legislações correlatas. O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação. Por ocasião da entrega, o produto deverá	452286	Unidade	36.700



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO 2 - MÁSCARAS DE PROTEÇÃO E CIRÚRGICAS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	IDENTIFICAÇÃO CATMAT (APROXIMADA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA REGISTRO
	apresentar validade de, no mínimo, 2/3 do prazo de validade total no ato da entrega. Marcas de Referência: Promask (máscara de proteção cirúrgica tripla camada), Descarpack (máscara de proteção cirúrgica tripla camada), Medix (máscara de proteção cirúrgica tripla camada), Sol-Milennium (máscara de proteção cirúrgica tripla camada).			
5	MÁSCARA SEMIFACIAL DO TIPO RESPIRADOR, CLASSE PFF2/ N95, sem válvula, de USO HOSPITALAR , formato de bico de pato; duas tiras elásticas, confortáveis e resistentes para fixação na região posterior da cabeça, clip nasal de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz, de fácil adaptação ao contorno do rosto permitindo conforto e vedação; eficiência mínima de filtração de 95% de partículas de até 0,3 micrômetros, indicada para proteção das vias respiratórias do profissional de saúde contra doenças provocadas por vírus, fungos e bactérias transmitidas por aerossóis, embalada individualmente, atóxica, hipoalergênica, de resistência adequada à sua finalidade, livre de partículas, fiapos, emendas ou manchas e inodora. Deverão constar da embalagem do produto: o nome do fabricante, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro na ANVISA, INMETRO e o Certificado de Aprovação (CA). O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação. Por ocasião da entrega, o produto deverá apresentar validade de, no mínimo, 2/3 do prazo de validade total no ato da entrega. O produto deve atender às normas técnicas: RDC nº 448/2020; ABNT NBR 13698:2011 - Equipamento de proteção respiratória - peça semifacial filtrante para partículas e ABNT NBR 13697:2010 - Equipamento de proteção respiratória - Filtros para partículas. Marcas de Referência: 3M, Descarpack, KSN.	346190	Unidade	6.111

GRUPO 3 - PROTETOR FACIAL E ÓCULOS DE SEGURANÇA				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	IDENTIFICAÇÃO CATMAT (APROXIMADA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA REGISTRO
6	PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD) : Protetor facial anatômico, ajustável, reutilizável. Visor fixo e transparente (no mínimo 98% de transparência) com tratamento ante embaçante, em policarbonato flexível que não risque e que proteja 100% da face; Lavável com água e sabão e passível de desinfecção com álcool a 70%. O visor frontal deve possuir dimensões mínimas de espessura 0,5 mm, largura 240mm e altura 240 mm. Quanto à fixação em região frontal: Suporte plástico com apoio emborrachado; quanto ao ajuste na parte posterior: possuir pinos e/ou tira de regulagem em silicone, ou material lavável, de modo que permitam que o protetor facial se mantenha estável na cabeça do usuário durante sua utilização, possibilitando o auto ajuste ou o ajuste manual, estas deverão ter no mínimo 15 mm de largura sobre as partes de contato com o usuário. A distância entre a tiara e a face do usuário deverá ser de no mínimo 05 cm para permitir uso de óculos convencionais graduados, e máscaras. Não possuir projeções, saliências, bordas afiadas ou outros defeitos construtivos que possam causar desconforto ou ferimentos ao usuário. O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação. Atender ao requisito 5.2 da ANSI/ISEA Z87.1-2015 (Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e RDC nº: 448/2020, em seu §1º do Art. 6º. Deverão constar na embalagem do produto: o nome do fabricante, a data de fabricação, o nº do lote, o número de registro na ANVISA, INMETRO e o Certificado de Aprovação (CA). O produto deverá ter garantia contra	345220	Unidade	118



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO 3 - PROTETOR FACIAL E ÓCULOS DE SEGURANÇA				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	IDENTIFICAÇÃO CATMAT (APROXIMADA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA REGISTRO
	defeitos de fabricação. Marcas de Referência: Carbografite, Plastcor, 3M, Ultra Master Plug.			
7	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL: óculos de proteção com lentes incolor, fabricadas em 100% policarbonato com tratamento anti-risco, antiembaçante, sem emendas, resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos. Com abas laterais de proteção. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente. Armação preta, em polipropileno e hastes reguláveis. Tamanho único. Modelo de sobreposição (pode ser usado sobre óculos de grau convencionais). Deverá constar na embalagem do produto: o nome do fabricante, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro na ANVISA, INMETRO e o Certificado de Aprovação (CA). Marcas de Referência: 3M, Uvex, Delta Plus.	373528	Unidade	118

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência. Destaque-se que critérios estritamente técnicos foram considerados para definição das características essenciais e suficientes para Identificação clara dos materiais.

1.3. O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços firmadas será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura dos respectivos instrumentos.

1.4. As requisições mínimas, por pedido, para qualquer um dos grupos, serão de 20% (vinte por cento) do total registrado.

1.5. Não serão autorizadas adesões para as Atas decorrentes desta licitação.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da Solução como um todo, pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, abrange o Registro de Preços de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's para uso das atividades de inspeções da Gerência de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo por um período de 12 (doze) meses.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MP nº 01/2010 e Nº 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

5.2. Os materiais e bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.3. Na produção dos bens/materiais a serem adquiridos, deve ser levado em conta a utilização de materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis e que, quando possível, sejam feitos de matéria prima renovável.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens, para cada requisição, é de até **15 (quinze) dias corridos** contados da formalização da solicitação e recebimento do instrumento contratual e/ou Nota de Empenho pela Contratada.

6.2. Os bens deverão ser entregues na Unidade Sede do Coren-SP, localizada na Alameda Ribeirão Preto nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, Setor de Almoxarifado, no horário compreendido entre 07h00 e 16h00, em dias úteis.

6.2.1. Havendo questões relativas aos prazos e condições de entrega ora estabelecidos, a Contratada poderá se comunicar com o Setor de Almoxarifado do Coren-SP através do telefone: (11) 3225-6379, ou endereço eletrônico: rogerioa@coren-sp.gov.br.

6.3. Os bens serão **recebidos provisoriamente** no prazo de 5 (cinco) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento da execução contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Prover aos profissionais das empresas contratadas as orientações e autorizações de acesso necessárias para as operações de carga e descarga dos produtos, nas dependências do Coren-SP;

7.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de agente especialmente designado;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, em que couber, as indicações referentes a marca, fabricante, registro, lote de procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. Prover seus funcionários das ferramentas e equipamentos adequados para a operação de carga e descarga dos produtos nas dependências do Coren-SP (carrinhos de transporte, luvas, paletes etc.), conforme o caso;

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.

8.2. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação para este objeto.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou em outra Pessoa Jurídica, desde que sejam observados pela nova Pessoa Jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.1. Nos termos do Art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios (este último caso, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993).

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal/fatura, mediante depósito bancário para crédito, em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Coren-SP atestar a execução do objeto do Contrato.

12.3. A Contratada receberá apenas pelo objeto efetivamente entregue.

12.4. A apresentação da nota fiscal ou fatura para pagamento deverá observar o seguinte:

12.4.1. Indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza.

12.4.1.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da unidade Sede do Coren-SP, CNPJ nº 44.413.680/0001-40, Cadastro Municipal nº 8.585.309-7.

12.4.1.2. No campo e-mail das notas fiscais emitidas deverá constar o seguinte endereço: contabilidade@coren-sp.gov.br.

12.4.1.3. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

12.4.1.4. A nota fiscal deverá conter em seu corpo descrição detalhada do objeto e dados bancários para depósito do pagamento.

12.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.7. Será considerada data do pagamento o dia em constar como operacionalizado o trâmite do pagamento (ordem bancária, depósito bancário ou transferência bancária).

12.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 10.520/2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste instrumento, no caso de inexecução total do objeto.

15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Coren-SP, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.2.6. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subtópico também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando houver ressarcimento pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções dos subtópicos **15.2.1**, **15.2.5**, **15.2.6** e **15.2.7** poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inc. III e IV, da Lei 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. Para aplicação de quaisquer penalidades será aberto processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, conforme procedimento previsto na Lei



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999.

15.6. As multas devidas e os eventuais prejuízos causados à Administração serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Coren-SP, ou deduzidos da garantia, ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

15.7. O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente do Coren-SP.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os **critérios de qualificação técnica** a serem atendidos pelos fornecedores serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, em quantidade não inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo a ser registrado, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.4. A **proposta comercial** deverá considerar todos os custos inerentes ao fornecimento dos itens, apresentando, com clareza, o nome do fabricante, o modelo, o registro na Anvisa, o Certificado de Aprovação (CA), quando exigido e outras informações aplicáveis e necessárias à perfeita caracterização dos bens a serem ofertados e deverá ser apresentada acompanhada dos seguintes documentos:

16.4.1. Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação. O fornecedor deverá indicar no catálogo os itens a que ele se refere, sublinhando,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

grifando ou circulando o modelo e a referência, quando houver.

16.5. Ainda, aos fornecedores classificados provisoriamente em primeiro lugar na sessão de licitação, como **critério de julgamento de proposta**, a fim de que seja avaliado se os bens ofertados atendem às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência, deverá ser apresentado ao Coren-SP a **amostra de 1 (uma) unidade de cada item ofertado**.

16.5.1. A Licitante deverá encaminhar o bem a ser avaliado aos cuidados da Gerência de Fiscalização do Coren-SP, no endereço da Sede do Coren-SP, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da sua solicitação na sessão de licitação.

16.5.1.1. O horário pra recebimento do material é das 9h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, devendo seu envio ser confirmado e/ ou agendado pelos e-mail: pregão@coren-sp.gov.br e rendrica.furegatti@coren-sp.gov.br.

16.5.2. As amostras serão analisadas de acordo com as especificações exigidas, e será verificado se atendem com eficácia ao fim a que se destinam. Serão abertas, manuseadas, testadas e devolvidas às licitantes no estado em que se encontrarem após todos as verificações.

16.5.3. O setor responsável, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, emitirá pareceres em que constarão, motivadamente, se as amostras foram aprovadas ou reprovadas, conforme **Anexo II – Parecer de Análise da Amostra**, e as encaminharão ao Pregoeiro para devolutiva às licitantes.

16.5.4. Não será aceita a proposta da Licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

16.5.5. Para a amostra que obtiver aprovação:

16.5.5.1. A amostra permanecerá em poder do Coren-SP até que seja efetivada a entrega do bem pela Licitante, a fim de ser comparada com esta.

16.5.5.2. Realizado o recebimento definitivo do item, a Licitante será comunicada para que, em até 30 (trinta) dias, faça a retirada da amostra.

16.5.5.3. A peça entregue como amostra não será contada como unidade entregue.

16.5.6. As amostras reprovadas estarão disponíveis para a retirada junto à Gerência de Fiscalização do Coren-SP, podendo ser descartadas após 30 (trinta) dias contados a partir da reprovação, não cabendo nenhuma indenização ou compensação financeira.

16.5.7. Reaberta a sessão, o Pregoeiro seguirá para a fase de habilitação ou retornará à fase de aceitação das propostas.

16.6. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

16.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

18.1. As despesas decorrentes da contratação (Grupos 1 a 3) serão acobertadas pelo seguinte Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.33.90.30.099 – Outros materiais de consumo.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
INTEGRANTE TÉCNICO/REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO/REQUISITANTE
Cezar Bruno Pedroso Chefe Técnico da Subseção de Ribeirão Preto Matrícula 1052	Fabiana Baia Auxiliar de Fiscalização Matrícula 1007
INTEGRANTE DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	
Henrique Pereira Soares Coordenador II – GCC/SCC Matrícula 975	

RESPONSÁVEIS PELA ÁREA REQUISITANTE	
Roberta Zloccowick de Alcântara Gerente de Fiscalização - Capital e RMSP Matrícula 601	Ligiani Cristhine Fossaluzza Meirelles Gerente de Fiscalização - Litoral e Interior Matrícula 596



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II – PARECER DE ANÁLISE DA AMOSTRA

Pregão Eletrônico SRP nº 19/2021 – Processo Administrativo nº 11007/2021

Pregão Eletrônico: 19/2021

Processo Administrativo: 11007/2021

Objeto: Aquisição de EPIs

Item 1: Avental descartável – tamanho M (médio).

Empresa:

Marca:

Em referência à análise da amostra do Pregão nº __/2021, o item enviado pelo fornecedor acima, foi analisado levando-se em conta as especificações técnicas e exigências constantes na tabela do item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Segue abaixo o resultado da análise:

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DOCUMENTOS TÉCNICOS	Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação.			
MATERIAIS DE CONFECÇÃO	Tecido Não Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, com gramatura mínima de 50 g/m2.			
	Sem emendas, furos, rasgos ou defeito, com bordas bem acabadas com costura tipo overlock, decote redondo, com viés no acabamento.			
DURABILIDADE/USABILIDADE	Descartável			
FIXAÇÃO	Possui tiras costuradas no avental, com comprimento suficiente para fechamento, localizadas na região cervical e abdominal.			
	Com abertura na parte posterior e sistema de ajuste com fechamento total.			
	Ajustes nos punhos com elástico ou malha.			
COR	Branca			
TAMANHO	Tamanho M (médio), medindo no mínimo 110 cm de altura x 120 cm de largura (quando aberto), com tolerância de 15 cm para mais, no tocante à largura.			



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
	Mangas: 60 cm de comprimento e tolerância de 5 cm para mais, manga longa.			
EMPACOTAMENTO	O produto deverá ser acondicionado em embalagem individual ou com, no máximo, 10 unidades por embalagem.			
	A embalagem deverá ser hermética em material impermeável, de forma a manter a integridade do produto durante o armazenamento até o momento do uso.			
	Há na embalagem: nome do fabricante, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro na ANVISA e gramatura.			

Decidiu-se pela **APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, em todos os critérios, do conjunto apresentado.

Este é o parecer.

São Paulo, ___/___/20___.

Parecerista 1 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 2 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 3 (Assinatura e Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico: 19/2021

Processo Administrativo: 11007/2021

Objeto: Aquisição de EPIs

Item 2: Avental descartável – tamanho G (grande).

Empresa:

Marca:

Em referência à análise da amostra do Pregão nº __/2021, o item enviado pelo fornecedor acima, foi analisado levando-se em conta as especificações técnicas e exigências constantes na tabela do item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Segue abaixo o resultado da análise:

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DOCUMENTOS TÉCNICOS	Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação.			
MATERIAIS DE CONFEÇÃO	Tecido Não Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, com gramatura mínima de 50 g/m ² .			
	Sem emendas, furos, rasgos ou defeito, com bordas bem acabadas com costura tipo overlock, decote redondo, com viés no acabamento.			
DURABILIDADE/USABILIDADE	Descartável			
FIXAÇÃO	Possui tiras costuradas no avental, com comprimento suficiente para fechamento, localizadas na região cervical e abdominal.			
	Com abertura na parte posterior e sistema de ajuste com fechamento total.			
	Ajustes nos punhos com elástico ou malha.			
COR	Branca			
TAMANHO	Tamanho G (grande), medindo no mínimo 110 cm de altura x 140 cm de largura (quando aberto), com tolerância de 15 cm para mais no tocante à largura.			
	Mangas: 60 cm de comprimento e tolerância de 5 cm para mais, manga longa.			



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
EMPACOTAMENTO	O produto deverá ser acondicionado em embalagem individual ou com, no máximo, 10 unidades por embalagem.			
	A embalagem deverá ser hermética em material impermeável, de forma a manter a integridade do produto durante o armazenamento até o momento do uso.			
	Há na embalagem: nome do fabricante, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro na ANVISA e <u>gramatura</u> .			

Decidiu-se pela **APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, em todos os critérios, do conjunto apresentado.

Este é o parecer.

São Paulo, ___/___/20__.

Parecerista 1 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 2 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 3 (Assinatura e Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico: 19/2021

Processo Administrativo: 11007/2021

Objeto: Aquisição de EPIs

Item 3: Touca hospitalar descartável.

Empresa:

Marca:

Em referência à análise da amostra do Pregão nº __/2021, o item enviado pelo fornecedor acima, foi analisado levando-se em conta as especificações técnicas e exigências constantes na tabela do item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Segue abaixo o resultado da análise:

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DOCUMENTOS TÉCNICOS	Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação.			
MATERIAIS DE CONFEÇÃO	Não Tecido (TNT) polipropileno 100%, Gramatura mínima de 30 g/m ² . Ser resistente, macio, isento de manchas, impurezas, irritantes dérmicos, propiciar conforto e utilização segura. (Analisar na ficha técnica e catálogo).			
	Indicação para uso hospitalar (Analisar ficha técnica e catálogo).			
DURABILIDADE/USABILIDADE	Descartável			
FIXAÇÃO	Elástico em toda volta para ajuste de média pressão.			
COR	Branca.			
TAMANHO	Único. Medidas de 50 Cm de diâmetro interno e 52 Cm de diâmetro externo. Aceita-se variação de 2 Cm para mais e para menos.			
EMPACOTAMENTO	Pacote com até 100 unidades. Embalagem hermética, impermeável, resistente, segura, de forma a manter a integridade do produto durante o armazenamento até o momento do uso.			



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
	Rotulada com as seguintes informações: identificação do produto, data de fabricação, data de validade, lote, nº de registro na ANVISA e especificação da gramatura.			

Decidiu-se pela **APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, em todos os critérios, do conjunto apresentado.

Este é o parecer.

São Paulo, ___/___/20__.

Parecerista 1 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 2 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 3 (Assinatura e Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico: 19/2021

Processo Administrativo: 11007/2021

Objeto: Aquisição de EPIs

Item 4: Máscara cirúrgica descartável

Empresa:

Marca:

Em referência à análise da amostra do Pregão nº __/2021, o item enviado pelo fornecedor acima, foi analisado levando-se em conta as especificações técnicas e exigências constantes na tabela do item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Segue abaixo o resultado da análise:

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DOCUMENTOS TÉCNICOS	Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação.			
MATERIAIS DE CONFEÇÃO	Tecido Não Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar.			
	Clip nasal maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz e de fácil adaptação ao contorno do rosto.			
	Bordas seladas eletronicamente, sem emendas, manchas ou furos.			
ESPECIFICAÇÃO DE CAMADAS	Possuir três camadas independentes: uma camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante (meltblown) (Verificar em ficha técnica e catálogo).			
	O elemento filtrante deve possuir eficiência de filtração de partículas (EFP) > 98% e eficiência de filtração bacteriológica (BFE) > 95% (Verificar em ficha técnica e catálogo).			



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DURABILIDADE/USABILIDADE	Descartável.			
FIXAÇÃO	Apresentar elásticos resistentes e confortáveis.			
COR	Branca			
TAMANHO	Possuir formato retangular, de forma a cobrir adequadamente a área do nariz e da boca, medindo aproximadamente 18 x 10 cm quando as pregas estiverem fechadas (admite-se variação de 1 Cm, para mais ou para menos).			
EMPACOTAMENTO	A embalagem com até 50 unidades e de material que garanta a sua integridade. Conter minimamente a informação de registro na ANVISA e data de validade.			

Decidiu-se pela **APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, em todos os critérios, do conjunto apresentado.

Este é o parecer.

São Paulo, ___/___/20__.

Parecerista 1 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 2 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 3 (Assinatura e Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico: 19/2021

Processo Administrativo: 11007/2021.

Objeto: Aquisição de EPIs

Item 5: Máscara de proteção facial tipo respirador - N95/PPF-2.

Empresa:

Marca:

Em referência à análise da amostra do Pregão nº __/2021, o item enviado pelo fornecedor acima, foi analisado levando-se em conta as especificações técnicas e exigências constantes na tabela do item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Segue abaixo o resultado da análise:

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DOCUMENTOS TÉCNICOS	Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação.			
MATERIAIS DE CONFEÇÃO	Máscara semifacial do tipo respirador, classe PFF2/ N95, sem válvula, de uso hospitalar (Analisar fisicamente o material, atrelando às informações da ficha técnica e catálogo).			
	Apresentar resistência adequada à sua finalidade, livre de partículas, fiapos, emendas, manchas e inodora.			
	Possuir eficiência mínima de filtração de 95% de partículas de até 0,3 micrômetros, indicada para proteção das vias respiratórias do profissional de saúde contra doenças provocadas por vírus, fungos e bactérias transmitidas por aerossóis (Analisar as informações da ficha técnica e catálogo).			
FIXAÇÃO	Possuir duas tiras elásticas, confortáveis e resistentes para fixação na região posterior da cabeça.			
	Possuir clip nasal de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz, de fácil adaptação ao contorno do rosto permitindo conforto e vedação.			
	Eficiência da vedação (Realizar teste de vedação para análise).			
COR	Branca			
TAMANHO	Único. Formato de bico de pato.			



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
EMPACOTAMENTO	Embalagem individual.			
	Deverão constar da embalagem do produto: o nome do fabricante, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro do Certificado de Aprovação (CA).			

Decidiu-se pela **APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, em todos os critérios, do conjunto apresentado.

Este é o parecer.

São Paulo, ___/___/20__.

Parecerista 1 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 2 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 3 (Assinatura e Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico: 19/2021

Processo Administrativo: 11007/2021

Objeto: Aquisição de EPIs

Item 6: Protetor facial (Face Shield).

Empresa:

Marca:

Em referência à análise da amostra do Pregão nº __/2021, o item enviado pelo fornecedor acima, foi analisado levando-se em conta as especificações técnicas e exigências constantes na tabela do item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Segue abaixo o resultado da análise:

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DOCUMENTOS TÉCNICOS	Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação.			
MATERIAIS USADOS NA CONFECÇÃO	Suporte de fixação em plástico com apoio emborrachado, que propicie conforto ao usuário.			
	Pinos e/ou tira de regulagem em silicone, ou material lavável.			
	Visor fixo, transparente, em policarbonato flexível e que proteja 100% da face.			
	Não possuir projeções, saliências, bordas afiadas ou outros defeitos construtivos que possam causar desconforto ou ferimentos ao usuário.			
DURABILIDADE USABILIDADE	Durável/Reutilizável/Higienizável/Lavável			
FIXAÇÃO/ ESTABILIDADE	Quanto à fixação em região frontal: Suporte plástico com apoio emborrachado.			
	Quanto ao ajuste na parte posterior: possuir pinos e/ou tira de regulagem em silicone, ou material lavável (no mínimo 15mm de largura sobre as partes de contato com o usuário), de modo que permitam que o protetor facial se mantenha estável na cabeça do usuário durante sua utilização, possibilitando o auto ajuste ou o ajuste manual.			
COR	Visor transparente.			
DIMENSÕES	O visor frontal deve possuir dimensões mínimas de espessura 0,5 mm, largura 240mm e altura			



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
	240 mm.			
	A distância entre a tiara e a face do usuário deverá ser de no mínimo 05 cm para permitir uso de óculos convencionais graduados, e máscaras.			
	Pinos e/ou tira de regulagem em silicone, que deverão ter no mínimo 15mm de largura sobre as partes de contato com o usuário.			
EMPACOTAMENTO	Deverá constar na embalagem do produto: o nome do fabricante, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote, o número de registro na ANVISA, INMETRO e o Certificado de Aprovação (C.A).			

Decidiu-se pela **APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, em todos os critérios, do conjunto apresentado.

Este é o parecer.

São Paulo, ___/___/20___.

Parecerista 1 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 2 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 3 (Assinatura e Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico: 19/2021

Processo Administrativo: 11007/2021

Objeto: Aquisição de EPIs

Item 7: Óculos de proteção individual.

Empresa:

Marca:

Em referência à análise da amostra do Pregão nº __/2021, o item enviado pelo fornecedor acima, foi analisado levando-se em conta as especificações técnicas e exigências constantes na tabela do item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Segue abaixo o resultado da análise:

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
DOCUMENTOS TÉCNICOS	Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação.			
MATERIAIS DE CONFEÇÃO	Lentes incolor, 100% policarbonato, sem emendas, resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos.			
	Lentes com tratamento anti-risco, antiembaçante e com proteção contra raios UVA e UVB (Analisar na ficha técnica e catálogo).			
	Armação preta confeccionada em polipropileno.			
DURABILIDADE/USABILIDADE	Durável/Reutilizável/Higienizável/Lavável.			
FIXAÇÃO/AJUSTE	Abas laterais de proteção.			
	Hastes reguláveis.			
	Modelo de sobreposição (pode ser usado sobre óculos de grau convencionais).			
COR	Armação e hastes pretas. Lentes e laterais incolores (transparentes).			
TAMANHO	Tamanho único.			



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DIMENSÃO AVALIADA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CONFORME		OBSERVAÇÕES
		SIM	NÃO	
EMPACOTAMENTO	Deverá constar na embalagem do produto: o nome do fabricante, a data de fabricação, a validade do mesmo, o nº do lote e o número de Certificado de Aprovação (C.A).			

Decidiu-se pela **APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO**, em todos os critérios, do conjunto apresentado.

Este é o parecer.

São Paulo, ___/_____/20____.

Parecerista 1 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 2 (Assinatura e Carimbo)

Parecerista 3 (Assinatura e Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico SRP nº 19/2021 – Processo Administrativo nº 11007/2021

Ao Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP		
Razão Social e CNPJ:		
Banco (código): _____	Agência: _____	Conta corrente: _____

RESPONSÁVEL PELOS CONTATOS COM O COREN-SP	
Nome/cargo:	
Telefone Fixo:	Telefone celular / whatsapp:
E-mail:	Outros (skype, teams, etc):

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA / ATA / ACEITE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Nome/cargo:	
RG:	CPF:
Validade da Proposta: (mínimo de 60 dias, contados da data de sua emissão)	

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para uso nas atividades de inspeção da Gerência de Fiscalização do Coren-SP.

Grupo _____						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total / Total Anual

Valor total da proposta: R\$ _____

Local e Data

Nome completo e Assinatura do Representante Legal



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__

Pregão Eletrônico SRP nº 19/2021 – Processo Administrativo nº 11007/2021

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO – Coren-SP, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, neste ato representado por seu Presidente, _____, considerando o julgamento do Pregão para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____, publicado em DOU em ____/____/____, processo administrativo nº ____/____, RESOLVE

Registrar os preços da empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº ____/____-____, com sede à [endereço completo com complementos] - [Bairro] - [Cidade/Estado] - CEP ____-____ - telefone(s) (____) ____-____ - e-mail(s) _____, neste ato representada por seu [papel na empresa], [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do RG nº _____ SSP/____ e inscrito no CPF sob nº ____/____-____, de acordo com as condições previstas no edital e com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, para uso nas atividades de inspeções da Gerência de Fiscalização do Coren-SP, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Grupo ____						
Item	Descrição	Unid.	Marca / Fabricante e Modelo	Qtde registrada para o Coren-SP	Valor Unitário	Valor Total

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir do(a) _____, não podendo ser prorrogada.

3.2. Em caso de Ata firmada com licitante registrado no Cadastro de Reserva, este instrumento terá validade pelo tempo remanescente, compreendendo o período de ____/____/____ a ____/____/____, contados da data de sua assinatura.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será permitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o gerenciador poderá:

5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

5.5.2. Convocar os demais fornecedores, observado o Cadastro de Reserva, para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.5.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. O registro do detentor da ata será cancelado quando:

5.6.1. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.6.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.6.3. Não acusar o recebimento da nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o gerenciador e o participante, se houver.

5.7. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos subitens 5.6.2 a 5.6.4 acima, será formalizado por ofício do gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

5.8. Ocorrendo fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado, o registro de preços poderá ser cancelado:

5.8.1. Por razão de interesse público; ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.8.2. A pedido do fornecedor.

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/2019.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Não serão realizados acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 (§ 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013).

7.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

7.2.1. Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos em Edital; ou

7.2.2. Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892/2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Paulo, _____ de _____ de 20__.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

James Francisco Pedro dos Santos
Presidente

DETENTOR DA ATA